

ACESSO À SAÚDE

6,8 6,7



2021 2024

Q: Até que ponto considera ter facilidade de acesso, em tempo útil, aos serviços de saúde de que necessita quando está perante um problema de saúde em concreto?

50%

dos que recorrem ao privado em contexto de prevenção ou rotina considera o acesso fácil ou muito fácil, um valor que compara com 39% entre os que recorrem ao serviço público.

5,8

Classificação média do acesso atribuída pelos inquiridos que indicam ter uma doença do foro mental, acusando pior acesso que os portadores de doença física que não se distanciam de quem não é portador de doença (em ambos a pontuação é de 6,8).

“Com a gravidez foram obrigados atribuir um médico de família, mas depois essa médica foi-se embora e ficámos sem médico (...). Tive de arranjar um pediatra, mas não foi fácil. Os pediatras não estão a aceitar crianças, o que é incrível! Até no particular já começa a haver problemas. (...) É inadmissível, as pessoas estão doentes e têm de ir durante a noite para terem uma vaga [no Centro de Saúde] ou vão às urgências nos hospitais. Por isso é que as urgências estão entupidas... as pessoas não têm outro sítio onde ir!”

M., 42 anos, casada com filhos, Leiria

“O [centro de saúde] de Odivelas é terrível, a minha namorada nunca consegue marcar, tem de ir para lá de madrugada para marcar uma consulta (...), mas o meu funciona bem e acho que está muito melhor do que estava. (...) Já tentei várias vezes marcar consultas pelo site, mas nunca consegui. Mas ligando é muito rápido e funciona super bem. Por vezes, a aplicação da CUF funciona pior do que ligar para o centro de saúde.”

H., 28 anos, solteiro, Lisboa

“É fácil. Eu pago um seguro de saúde e sempre que acontece alguma coisa dirijo-me a um hospital privado. Na Madeira, eu tinha um outro acesso à saúde porque tinha o centro de saúde, tinha o meu médico de família, e a minha mãe também é enfermeira, por isso conseguia ter acesso a determinadas coisas que aqui em Lisboa não tenho - pelo meio e pelo facto de as coisas serem muito grandes. Se tiver um problema e tiver de ir para um hospital público, tenho de esperar.”

H., 32 anos, solteiro, Lisboa

1. DIMINUIÇÃO (MÍNIMA) NA AVALIAÇÃO DO ACESSO

A avaliação do acesso desceu, de 6,8 para 6,7, por oposição à avaliação da qualidade, tornando a distância entre os dois indicadores um pouco mais acentuada. Tal como em 2021, 26% da população tem dificuldade de acesso a serviços de saúde e 43% sente não ter recursos financeiros suficientes para fazer face aos seus problemas de saúde. De resto, há poucas alterações face a 2021: os mais velhos continuam a pontuar melhor o acesso do que os mais novos, o privado mantém uma distância significativa ao público e o Grande Porto continua a ter uma classificação bastante acima da média (7,2).

2. O PRIVADO AINDA DISTANTE DO PÚBLICO

Embora muito ligeiramente, a avaliação do acesso evoluiu de forma distinta entre utilizadores do público e do privado: entre os primeiros, aumentou em 3pp (de 36% para 39%) os que consideram o acesso fácil ou muito fácil, por oposição aos utilizadores do privado, que diminuem na mesma proporção (de 53% para 50%). Esta aproximação nos números não invalida a superioridade do privado em termos de perceção de acesso.

3. CORRELAÇÃO COM CAPACIDADE ECONÓMICA

O indicador de acesso a saúde é o mais prejudicado pelas dificuldades económicas do agregado, sendo aquele em que se encontra maior distância entre quem tem rendimento adequado (7,1) e rendimento abaixo (6,2) ou muito abaixo das necessidades do agregado (5,4) - mais do que entre quem tem ou não tem seguro ou plano de saúde.

4. PESSOAS COM DIAGNÓSTICO DE DOENÇA MENTAL ACUSAM PIOR ACESSO

Inquiridos que indicam ter algum problema de saúde tendem a pontuar pior o acesso do que os que não indicam nenhum problema (6,6 e 6,8 respetivamente). No entanto, não é a pré-existência de doença o que prejudica o indicador, mas a natureza da doença: são os inquiridos que indicam viver com problemas de saúde psicológica os que pior pontuam o acesso (5,8), e os que mais destoam da avaliação geral (inquiridos com outro tipo de doença também pontuam 6,8).

Detalhe da distribuição do indicador nas págs. 132 e 138 dos anexos.

Aumento da contratação de seguros ou planos de saúde espelha (perceção de) dificuldade de acesso a SNS

43%

40% em 2021

É subscritor de pelo menos um seguro de saúde

31%

35% em 2021

Tem acesso a um subsistema de saúde (65% destes ADSE)

25%

36% em 2021

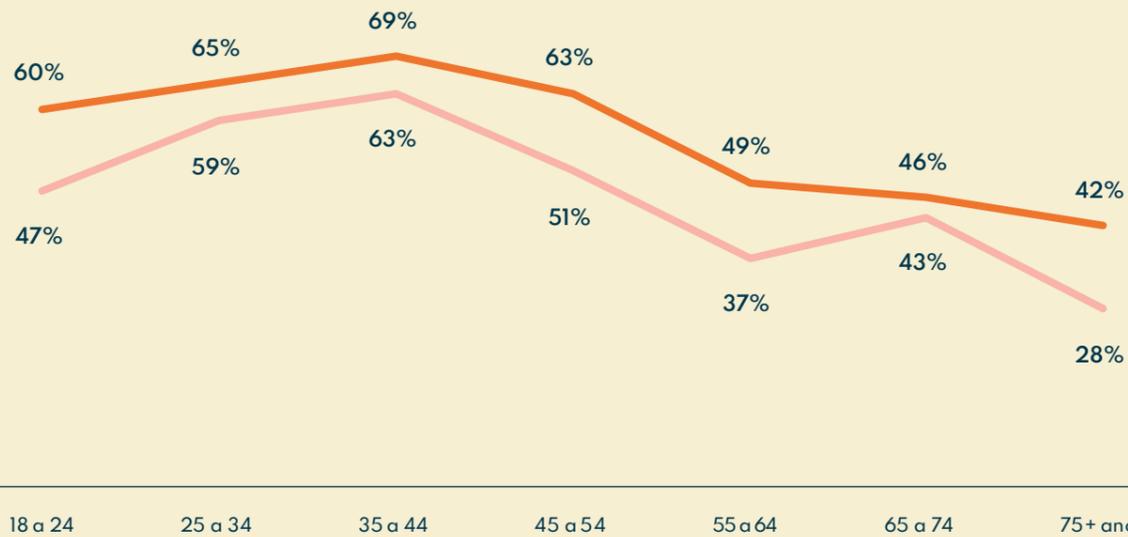
Apenas 1 em cada 4 não tem acesso a nenhum subsistema nem é subscritor de um seguro ou plano de saúde

43%

49% em 2021

Dos que têm acesso a um subsistema de saúde (ex. ADSE) são subscritores de um seguro ou de um plano de saúde

É subscritor de pelo menos um plano ou seguro de saúde



N=1056

— 2024 — 2021

Aumento da população que acusa vontade de mais ou melhor acompanhamento médico

22%

16% em 2021

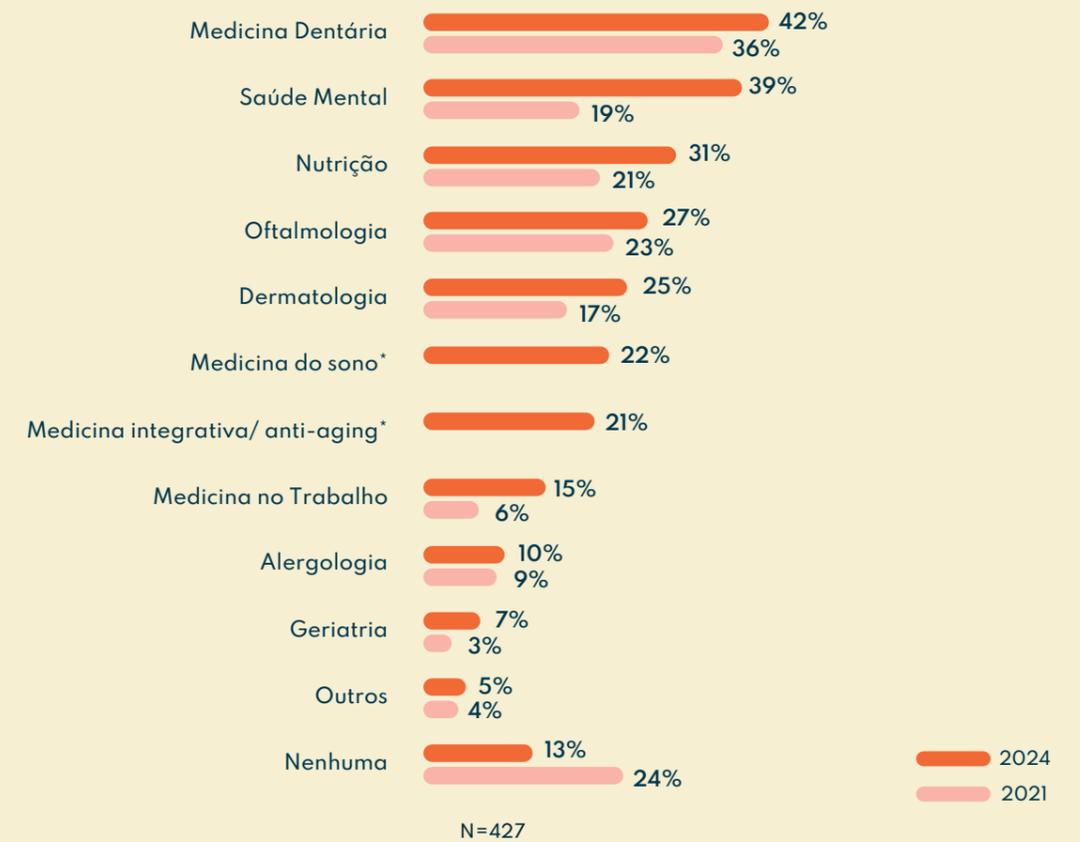
Não tem ou não recorre a médico de família

22%

19% em 2021

Considera não ter nenhum médico que conhece bem e acompanha o seu estado de saúde

Em que área ou áreas gostaria de ter mais ou melhor acompanhamento médico?



Nota: possibilidade de escolha múltipla dentro de lista de respostas sugeridas

* Respostas sugeridas apenas em 2024, sem histórico

As médias alisam importantes diferenças regionais, etárias e socioeconómicas

O estudo conduz a alguns axiomas: quem mais utiliza os serviços tende a ser quem melhor os pontua, explicando por que pessoas mais velhas ou portadores de doença são tendencialmente mais generosas nos diferentes critérios de avaliação; quem indica rendimento abaixo ou muito abaixo das necessidades do agregado acusa mais dificuldade no acesso e pontua pior a qualidade dos serviços a que recorre; quem tem habilitações formais mais elevadas tende a avaliar melhor os serviços que utiliza mas a depositar menos confiança na capacidade de resposta do SNS.

Para além destas distâncias, o estudo expõe diferenças regionais significativas. O saldo entre os que consideram que o acompanhamento de saúde que recebem tem melhorado e os que consideram ter piorado é positivo (3%) apenas para residentes do Grande Porto – que mantém uma avaliação média superior em todos os indicadores; residentes do Alentejo (-13%) e do Algarve (-25%) são os que mais degradação acusam. Apesar desta evolução, o Alentejo mantém indicadores acima da média e, na confiança na capacidade de resposta do SNS, já acompanha o Grande Porto, ao contrário do Algarve, que desce no indicador do acesso – que, em alguns concelhos do país, estará a ser prejudicado pela pressão da imigração.

O que não se lê nos indicadores, mas as entrevistas esclarecem, é que o custo do acesso é superior para quem vive longe das grandes cidades, pelos custos de deslocação e estadia que pode envolver.

“Há concelhos em que há um acréscimo de utentes muito grande e acho que a Amadora é um deles porque há muitos imigrantes, há muita gente de fora, é tudo muito complicado, está tudo muito descontrolado. E eu, por um lado, entendendo os profissionais de saúde, possivelmente estão cansados, não têm condições para trabalhar, mas, espremendo, espremendo, quem paga isto tudo é o utente e vamos deixando as coisas andar assim.”

M., 56 anos, casada com filhos, Lisboa

“Julgo que tem vindo a piorar. Os tempos de espera, pelo menos, têm vindo a piorar. Também sei que a população aqui no Algarve tem aumentando, pelas notícias que a gente ouve e também o número de profissionais de saúde tem reduzido em Portugal.”

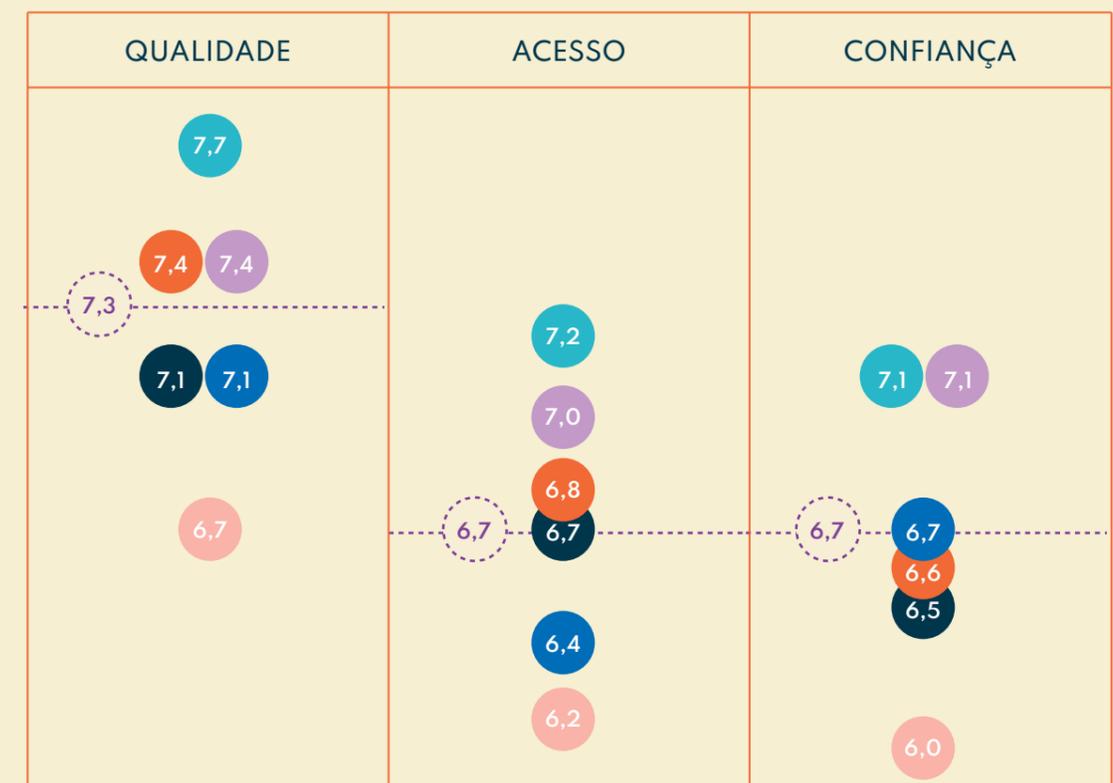
H., 45 anos, solteiro, Faro

“Indo para um ou para outro sempre tenho conseguido consulta. Agora, se vou para o Porto tenho de fechar a loja o dia inteiro (...). A realidade é que Viseu recebeu muito mais gente do que tinha e, se calhar, ainda não ajustaram os serviços à quantidade de pessoas que tem atualmente na cidade.”

M., 44 anos, casada sem filhos, Viseu



Indicadores por região



● Grande Lisboa ● Grande Porto ● Norte ● Centro ● Alentejo ● Algarve ○ Valor médio da amostra